

# O presidente queria saber do salário mínimo

por Maria Clara  
R. M. do Prado  
de Brasília

Participar das discussões para a fixação do novo nível do salário mínimo, a vigorar a partir de 1º de maio. Esta foi uma das maiores aspirações do presidente Tancredo Neves, nos dias que antecederam a sua morte, ainda no Instituto do Coração, em São Paulo

De qualquer modo, assim como vem ocorrendo nas demais áreas que pressupõem definição imediata, o afastamento do presidente Tancredo Neves não impediu que seus auxiliares mais diretos iniciassem o processo de negociação, que, pela primeira vez em muitos anos, conta com a participação de um representante da classe dos trabalhadores. Assim, a convite do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, a comissão interministerial criada especificamente para estudar o novo valor do salário mínimo é integrada pelo diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), Walter Barelli.

Aliada às medidas de cunho político adotadas pelo ministro do Trabalho nestes primeiros 23 dias do governo da Nova República — como a anistia aos sindicalistas cassados, que estavam impedidos de exercer cargos de diretoria em sindicatos, entre eles o presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva, além da portaria baixada em fins do mês passado permitindo a livre associação in-

tersindical, como a CUT e a Conclat —, a questão do salário mínimo passa a ser uma peça importante dentro da armação do desejado pacto social.

## PELA LEI

Pelo que reza a lei, o governo está obrigado apenas a aplicar a variação integral do INPC no semestre de outubro a março, que foi fixado em 89% pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Este percentual sobre o salário mínimo em vigor — Cr\$ 166.560,00 — resultaria no valor de Cr\$ 314.798,00, sem o necessário arredondamento para tornar o salário mínimo mensal divisível por 48 e, assim, dar a medida redonda do valor por hora de trabalho.

O resultado da aplicação pura e simples do INPC integral está muito abaixo da proposta que o DIEESE levou à mesa de negociações e que previa, como o mínimo indispensável para o sustento de uma família de quatro pessoas, a cifra de Cr\$ 886 mil. Como era de esperar-se, a colocação do DIEESE foi de pronto rechaçada pelo governo, cuja área econômica se encontra relutante até mesmo em admitir qualquer percentual que extrapole a marca do INPC.

Almir Pazzianotto, ao informar que a comissão iria estudar detalhadamente o peso do salário mínimo nas folhas de pagamento, indicou claramente o ponto onde repousa a preocupação maior das autoridades governamentais. Mais uma vez as empresas estatais funcionarão como parâmetro para esta decisão, e seu

peso não deixa de ganhar significância justamente nesta "fase de austeridade" que os ministros da área econômica, em especial o da Fazenda, querem imprimir aos primeiros meses de atuação do governo. Não se pode perder de vista, no entanto, a grande diferença que existe quando se compara a formação dos governos anteriores a este, da Nova República, onde as implicações políticas e sociais são auferidas com maior dose de precisão.

Não foi à toa, certamente, que o ministro do Trabalho se reuniu com o presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e o presidente da CUT, Jair Meneghelli, no gabinete do ministro da Justiça, Fernando Lyra, em Brasília. Aqueles influentes líderes sindicais foram chamados a refletir sobre a necessidade do fortalecimento das instituições e solicitados a evitar atitudes que possam "complicar" o processo democrático. O governo aceita com tranquilidade a prática da greve, dentro do que considera como condições normais no processo de negociação entre patrões e empregados, mas não quer ser pego de surpresa.

O fator surpresa passou a preocupar mais seriamente o ministro do Trabalho depois da greve dos motoristas de ônibus de Brasília. Para frear o movimento, nesta fase delicada da política nacional, Pazzianotto não deixou de fazer uso da legislação autoritária de que dispõe como herança da Velha República e decretou a ilegalidade da greve.